

NOTAS INTRODUTÓRIAS AOS SERMOES 35 E 36

NESTES dois sermões vemos a oposição existente entre a verdadeira doutrina evangélica e todo o sistema de antinomianismo, posta na mais clara evidência. Desde 1740 Wesley havia Julgado necessário bater-se contra o antinomianismo dos morávios, que ele descreve nestes termos (Vide “Jornais”, Setembro de 1741): “Vós subestimais as boas obras, (especialmente as obras exteriores de misericórdia), nunca insistindo de público na necessidade delas, nem proclamando seu valor e excelência. Assim, quando alguns de vossos Irmãos falam dessas obras, colocam-nas em posição de inferioridade, por exemplo: “Se te sentes movido, se teu coração está desimpedido para isso, então reprova, exorta, consola”. Por este meio totalmente aligeirais vossa cruz, no tocante ao fazer o bem; e ainda substituíste a *clara palavra escrita* por um Incerto e precário *movimento interior*. Além disso, um dos vossos disse das boas obras em geral (tanto obras de piedade como de caridade): “O crente não é mais obrigado a fazer aquelas obras da lei do que o súdito do rei da Inglaterra é obrigado a obedecer às leis do rei da França”. O leitor está familiarizado com a clara alusão a essa forma de antinomianismo, consagrada nas leis da sociedade, datadas de 1743. Nas Minutas Doutrinárias da primeira Conferência, 1744, encontramos as seguintes referências ao assunto, bem como à forma calvinista de antinomianismo:

P. Que é antinomianismo?

R. A doutrina que torna a lei inútil em presença da fé.

P. Quais são os principais fundamentos disso?

R. 1. Que Cristo aboliu a lei moral.

2. Que, assim, os cristãos não são obrigados a observá-la.

3. Que um dos aspectos da liberdade cristã é a libertação da observância dos mandamentos de Deus. 4. Que é escravidão fazer uma coisa porque é ordenada, ou evitá-la porque é proibida.

5. Que o crente não é obrigado a usar das ordenanças de Deus ou fazer boas obras.

6. Que o pregador não deve exortar os ouvintes a que façam boas obras: aos incrédulos, porque é prejudicial; aos crentes, porque é desnecessário.”

Pela época dessas minutas, alguns dos seguidores de Whitefield tinham-se tornado fervorosos antinomianos. A tendência profundamente licenciosa de seus ensinamentos dificilmente permite reprodução, mas Isto levou Wesley a enormes esforços para neutralizar o veneno, e cerca dos anos de 1744 e 1745 ele publicou os tratados intitulados: “Diálogos de um Antinomiano com seu Amigo”. Esses tratados são quase tão valiosos hoje, em vista dos erros de nosso tempo, como o foram há cem anos.

A princípio grande maioria dos metodistas calvinistas permaneceram isentos do ensino direto do antinomianismo; mas o fermento parece ter-se expandido, até que, no ano de 1770, Wesley achou necessário fazer um vigoroso protesto, junto à conferência, contra o mal crescente, o que fez no seguinte extrato das minutas:

“Dissemos, em 1774: “Temo-nos inclinado demasiadamente para o calvinismo. Em que?”

1. Com relação à *fidelidade* do *homem*. Nosso Senhor mesmo ensinou-nos a usar essa expressão. Nunca devíamos envergonhar-nos dela. Devíamos proclamar firmemente, estribas em sua autoridade, que, se o homem não for *fiel nas riquezas injustas*, Deus lhe não dará as *riquezas verdadeiras*.

2. Em relação a *trabalhar pela vida*. Isto também nosso Senhor nos recomendou expressamente. Trabalhai – Ergazesque – literalmente *operai* – pela comida que *permanece para a vida eterna*. E, de fato, todo crente, até que suba à glória, trabalha *para a vida e pela vida*.

3. Temos recebido como máxima que “o homem nada deve fazer para a justificação”. Nada pode ser mais falso. Quem quer que deseje achar graça diante de Deus, “cesse de fazer o mal e aprenda a fazer o bem.” Quem quer que se arrependa, fará “obras dignas de arrependimento”. E se isto não se faz para achar graça, para que, então, se faz?

Resumo de toda a matéria:

1. Quem dentre vós é agora aceito por Deus? Aquele que agora era em Cristo, com coração cheio de amor e de obediência.

2. Quem é aceito dentre os que nunca ouviram de Cristo? Aquele que teme a Deus e age retamente, segundo a luz que possui.

3. Isto se dá também com “aquele que é sincero?” Aproximadamente, senão inteiramente.

4. Isto não é salvação pelas obras? Não pelo *mérito* das obras, mas pelas obras como *condição*.

5. Por que temos andado em controvérsia sobre essas coisas, durante esses trinta anos? Temo tenha sido por causa *de palavras*.

6. Quanto ao próprio mérito, de que temos sido tão mortalmente receosos, somos recompensados segundo nossas obras, ou seja, por causa de nossas obras. Em que difere isto do “*secundum merita operum*” (segundo as nossas obras merecem?) Podes defender este fio de cabelo? Duvido que eu o possa.

7. A grande objeção contra uma das precedentes proposições resulta de um fato positivo. Deus justificou, de fato, aquele que, segundo sua própria confissão, “nem temia a Deus, nem praticava a justiça”. Trata-se de uma exceção à regra geral? É duvidoso que Deus abra qualquer exceção. Como, entretanto, podemos-nos saber com certeza que a pessoa em questão nunca “temeu a Deus e praticou a justiça?” Sua própria afirmativa não é prova, porque sabemos que todo aquele que se acha convencido de pecado menospreza a si mesmo em todos os sentidos.

8. Falar de um estado de justificação ou santificação não tende a induzir o homem em erro, levando-o a confiar naquilo que se fez em um momento? No entanto, estamos a cada hora e, a cada momento agradando Ou desagradando, a Deus, segundo nossas obras, segundo o conjunto de nosso caráter íntimo e de nossos atos exteriores. Essas proposições parecem ligarem-se ao próprio tronco do legalismo. Sua interpretação deve ser feita de acordo com os *princípios fundamentais, já estabelecidos*, da *religião evangélica*; e, isto feito, eles defendem e protegem o grande fato, de que, sob o Evangelho,

o cristão se acha num estado de *genuína prova*, e que os imutáveis objetivos da lei de Deus não são nem diminuídos, nem contornados pelo Evangelho. Para a exposição e defesa das Minutas, o estudante deve recorrer à grande obra do Rev. John Fletcher, M. A.

Um dos mais antigos documentos autênticos saídos dos próprios irmãos de Wesley trata exatamente desse assunto. Preparando os artigos de religião para a Igreja Metodista Episcopal, ele omitiu, dos trinta e nove artigos, o artigo XIII – “Das boas obras antes da justificação”. Este artigo foi evidentemente formulado para combater a doutrina tridentina do mérito de congruência nas obras de penitência, como condição da justificação. A omissão é de especial significado em vista da aplicação que Wesley fez desse mesmo artigo no Sermão V. (Burwash).

Em seu caráter mais encarniçado, o debate entre o romanismo e o antinomianismo não tem tido lugar de destaque no século atual. Muito poucos são os que advogam, em termos claros, os itens discutíveis do partido chamado por John Fletcher “Os solifidanos”. É oportuno, todavia, observar que uma forma sutil e perigosa de antinomianismo está sempre em atividade, e sua influência é talvez tão destrutiva como os conhecidos princípios dos morávios, contraditores de Wesley. Referimo-nos ao ensino que incorpora a doutrina da perseverança final dos santos à concepção verdadeiramente evangélica da conversão. O pecador arrepende-se, crê e é, acreditamos, regenerado pelo Espírito de Deus. Ao mesmo tempo é declarado “salvo”, Em certo sentido, Isto é verdade, mas o antinomiano vai além, e diz-lhe: “Tu ganhas tão certamente o céu como se já estivesses lá”. Esta doutrina perigosa – “Uma vez em graça, sempre na graça” – nada perdeu de sua popularidade em meio de uma grande parte da Igreja Cristã. É antinomianismo, puro e simples, e não podemos estar demasiadamente vigilantes no opor barreiras e, quanto nos competir, no esclarecer e refutar um erro doutrinário que é tão poderoso para o mal.

ESBOÇO DOS SERMOES 35 E 36

O Evangelho apresenta o único meio de salvação, opondo-se a toda justificação legal, mas não, como alguns supõem: à lei em si mesma. A lei está tão estreitamente relacionada com o Evangelho que, destruir a um seria como, destruir a ambos. Devemos, pois, cuidadosamente guardar-nos de invalidar a lei em proveito da fé.

I. Consideram-se os meios mais comuns de invalidar a lei pela fé.

Nunca pregando sobre a lei. O Evangelho não pode preencher os fins a que se propõe, pregando-se a lei. Não há mandamento nem exemplo da Escritura, de oferecer-se a graça de Cristo a um pecador não despertado. O exemplo de Paulo é frisante. A pregação dos méritos de Cristo pode dar mais conforto, mas somente será uma bênção real para os que se encontrarem preparados para ela.

II. Ensinando que a fé substitui a necessidade da santidade; que a santidade é agora menos necessária do que o foi antes que Cristo viesse; ou que é necessário um menor grau de santidade; ou que ela é menos necessária aos crentes do que aos outros. É verdade que nós não estamos debaixo do pacto das obras, e que somos justificados pela fé sem as obras da lei como *condição prévia*, mas não sem as obras da lei como fruto imediato, sem o qual a fé é de nenhum valor.

III. De fato: vivendo como se a fé nós isentasse da santidade. O cristão não está debaixo da lei cerimonial ou mosaica, nem debaixo da lei moral como *uma condição de aceitação*, nem debaixo de sua sentença de ira. Mas está debaixo do gracioso principio do amor, que deve ser tão sensível a todo pecado como o principio do temor.

Recapitulação:

IV. Métodos de estabelecimento da lei. 1. Pregando-a, em toda sua extensão, como Cristo fez em seu sentido literal rígido e em sua significação espiritual.

2. Pregando a fé como produtora de santidade. A fé não é um fim em si mesma, mas um processo rumo ao amor. O amor é desde a eternidade até a eternidade. A fé existe para restabelecer a lei do amor.

3. Estabelecendo-a em nossos corações e vidas. *Isto somente pode ser feito pela fé*. Andando pela fé, trilhamos suavemente a estrada da santidade, especialmente quando nossa fé é cheia de confiança e amor. O amor cumpre não somente a lei negativa, mas também a lei positiva; não apenas através de atos exteriores, mas na intimidade do espírito. A luz da fé, a consciência se torna mais do que nunca ágil para fugir ao pecado.

SERMÃO 36

A LEI ESTABELECIDADA PELA FÉ

Discurso 2

“Anulamos, pois, a lei pela fé? De modo nenhum; antes estabelecemos a lei.”

(Romanos 3.31)

1. NO DISCURSO precedente se mostrou quais são os meios mais comuns de invalidar a lei pela fé, meios que são os seguintes: 1.º) Não pregar de modo nenhum sobre ela, o que efetivamente a invalida de um só golpe; e isso sob o pretexto de pregar a Cristo e glorificar o Evangelho, embora destruindo, na verdade, uma e outra coisa. 2.º) O ensinar, (quer direta, quer indiretamente), que a fé supre a exigência da santidade; que esta é menos necessária agora, ou dela se exige menor quantidade, do que antes da vinda de Cristo; que é menos necessária a nós, porque cremos, do que o seria em caso contrário; ou que a liberdade cristã é libertação de qualquer espécie ou grau de santidade, (pervertendo-se, assim, as grandes verdades, de estarmos agora debaixo do pacto da graça, e não do das obras; que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei; e que “àquele que não tem obras, mas crê, sua fé é reputada como justiça”). Ou 3.º) Fazendo-o praticamente, invalidando a lei no terreno prático, embora não em

princípio; vivendo e agindo como se a fé se destinasse a isentar-nos da santidade; permitindo-nos o pecado, “porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça”, Resta inquirir como podemos seguir um melhor padrão, como Podemos ser capazes de dizer com o apóstolo: “Invalidamos, então, a lei pela fé? De modo nenhum; antes estabelecemos a lei.”

2. Não estabelecemos, na verdade, a velha lei cerimonial: sabemos que ela foi abolida para sempre. Muito menos estabelecemos na íntegra a dispensação mosaica: sabemos que esta o Senhor a cravou sobre a cruz. Nem ao menos estabelecemos a lei moral (o que é para temer que muitos o façam), como Se o cumprimento dela, a guarda de todos os mandamentos, fosse condição de nossa justificação: se assim fosse, certamente que “nenhum homem vivo seria justificado à vista” de Deus. Mas, concedendo-se tudo isso, ainda assim “estabelecemos”, no sentido do apóstolo, “a lei”, a lei moral.

I

1. Estabelecemos a lei, primeiro, pela nossa doutrina; empenhando-nos em pregá-la em toda sua extensão, explanando e destacando cada parte dela, da mesma maneira por que nosso grande Mestre o fez, quando sobre a terra. Estabelecemo-la, seguindo a advertência de S. Pedro: “Se alguém fala, fale como os oráculos de Deus”, como os homens santos da antiguidade, movidos pelo Espírito Santo, falaram e escreveram para nossa instrução, e como também o fizeram os apóstolos de nosso bendito Senhor, dirigidos pelo mesmo Espírito. Estabelecemo-la, todas as vezes que falamos em seu nome, nada ocultando àqueles que ouvem; declarando, sem qualquer restrição ou reserva, todo o conselho de Deus. Para mais claramente estabelecê-la, usaremos aqui da maior simplicidade de linguagem. “Não somos como alguns, que *corrompem* a Palavra de Deus” – kaphleuontev (como os homens astuciosos adulteram seu mau vinho); nós não *fazemos composições*, não *misturamos*, não *adulteramos* e não *adelgamos* a palavra do Senhor, para acomodá-la ao sabor dos ouvintes, “mas em sinceridade, mas como de Deus, à vista de Deus, falamos em Cristo”, não tendo outro objetivo senão “recomendar-nos pela manifestação da verdade à consciência de todo homem, à vista de Deus”.

2. Pela nossa doutrina estabelecemos, pois, a lei, quando abertamente a declaramos aos homens, e o fazemos com aquela plenitude com que foi pregada *por* nosso bendito Senhor e seus apóstolos, quando a divulgamos em sua altura, profundidade, extensão e largura. Estabelecemos a lei quando anunciamos todas as suas partes, cada mandamento nela contido, não só em seu sentido pleno, literal, mas também em sua significação espiritual; não apenas em relação às ações exteriores, que ela ora proíbe, ora inculca, mas também a respeito do princípio íntimo, dos pensamentos, desejos e intenções do coração.

3. Isso fazemos, na verdade, o mais diligentemente possível, não só porque é da mais profunda importância, tanto mais que todo fruto – toda palavra e obra –, será somente mau, de contínuo, se a árvore for má, se as disposições e tendências do coração não forem retas diante de Deus; – mas, do mesmo modo, importantes como essas coisas são, elas são pouco consideradas ou compreendidas, tão pouco, que podemos verdadeiramente dizer também da lei, quando tomada em seu pleno sentido espiritual, que ela é “um mistério escondido às gerações e às idades, desde o começo do mundo”. Esteve inteiramente oculta ao mundo pagão. Com toda sua apregoada sabedoria, os pagãos nem encontraram a Deus, nem descobriram sua lei, nem na letra, e muito menos no seu espírito. “Seu coração insensato estava cada vez mais entenebrecido”. Conquanto “proclamando-se sábios, eles se tornaram loucos”. Esteve quase inteiramente oculta, em sua significação espiritual, ao grosso da nação judaica. Os judeus, tão prontos a dizer aos outros: “Este povo que não conhece a lei é maldito,” pronunciavam nestas palavras sua própria sentença, estando debaixo de igual maldição, sob a mesma ignorância mortal. Prova-o a contínua reprovação de nosso Senhor aos mais sábios dentre eles, em face de suas desastradas interpretações da lei. Prova-o a suposição quase universalmente aceita entre eles, de que somente lhes era necessário limpar o exterior do copo; que o pagamento do dizimo da hortelã, do endro e do cominho – a exatidão exterior – devia expiar a injustiça interior, a negligência total da justiça e da misericórdia, da fé e do amor de Deus. Sim, tão absolutamente oculta estava a significação espiritual da lei aos mais sábios dentre os judeus, que um de seus mais eminentes rabinos assim comenta as palavras do salmista: “Se eu inclinar meu coração para a iniquidade, o Senhor não me ouvirá”: “Isto é” – diz ele –, “se ela estiver apenas em meu coração, se eu não cometer iniquidade exterior, o Senhor não atentará para isso; Ele não me punirá, a não ser que eu passe ao ato exterior!”

4. Mas, ai! A lei de Deus, em sua significação espiritual, está oculta não somente aos judeus ou gentios, mas ao chamado mundo cristão, ou, pelo menos, a uma grande maioria do mundo cristão. Também para os chamados cristãos o sentido espiritual dos mandamentos é um mistério. Isto não se observa apenas nas terras dominadas pelas trevas e ignorância do romanismo: é certo que também na maior parte das terras habitadas pelos chamados *cristãos reformados* predominam os que ainda são estranhos até hoje à lei de Cristo, em sua pureza e espiritualidade.

5. Assim é que até hoje “os escribas e fariseus”, os homens que têm a aparência, mas não o poder da religião, e que são geralmente sábios a seus próprios olhos e justos em seu próprio conceito – “ouvindo essas coisas, ficam ofendidos”; ficam profundamente ofendidos, quando falamos da religião do coração, e particularmente quando mostramos que, sem esta, ainda que dêssemos “todos os nossos bens para sustento dos pobres”, nada nos

aproveitaria. Ofendam-se, porém, quanto quiserem; nós não podemos falar senão a verdade como se acha em Jesus. É de nosso dever, quer eles ouçam, quer se esquivem, salvar nossa própria alma. Tudo quanto está escrito no livro de Deus, nós devemos proclamá-la, não para agradar aos homens, mas ao Senhor. Devemos proclamar não só todas as promessas, mas também todas as ameaças que se encontram na Palavra. Proclamando todas as bênçãos e privilégios que Deus preparou para seus filhos, empenhamo-nos ao mesmo tempo em “ensinar todas as coisas que Ele mandou”. Sabemos que todos esses mandamentos têm sua aplicação, seja para despertamento dos que dormem, instrução dos ignorantes, conforto dos fracos, ou edificação e aperfeiçoamento dos santos. Sabemos que “toda Escritura, dada por inspiração de Deus, é proveitosa”, seja “como doutrina”, “ou para reprovação”; “para correção, ou para instrução em justiça”; e que “o homem de Deus”, no progredir da obra divina em sua alma, tem necessidade de todas as partes da Escritura, para que ele afinal “seja perfeito e perfeitamente preparado para toda boa obra”.

6. É, pois, de nosso dever pregar a Cristo, pregando todas as coisas por Ele reveladas. Na verdade podemos, sim, sem ofensa, e com especial bênção de Deus, proclamar o amor de nosso Senhor Jesus Cristo; podemos falar, de modo especial, do “Senhor nossa Justiça”; podemos discorrer sobre a graça de Deus em Cristo, “reconciliando o mundo consigo mesmo”; podemos, nas oportunidades adequadas, estender-nos no seu louvor, no louvor de quem “levou as iniquidades de todos nós, foi ferido pelas nossas transgressões e quebrantado pelas nossas iniquidades, para que por suas feridas fôssemos curados”: ainda assim não pregaríamos a Cristo segundo sua Palavra, se inteiramente nos limitássemos a isso: não somos considerados puros diante de Deus, enquanto o não pregarmos em todos os seus ofícios. Pregamos a Cristo, como obreiro que não tem de que se envergonhar, é pregá-la, não apenas como nosso Sumo Sacerdote, “tomado dentre os homens, nas coisas pertinentes a Deus”; como tal “reconciliando-nos com Deus pelo seu sangue” e “vivendo para interceder por nós”; mas do mesmo modo como Profeta do Senhor, “que por Deus nos foi feito sabedoria”; o qual, por sua Palavra e seu Espírito, está sempre conosco, “guiando-nos a toda verdade”; e ainda como o que permanece Rei para sempre, dando leis a todos aqueles a quem Ele comprou pelo seu sangue, restaurando segundo a imagem de Deus aqueles que Ele primeiro restaurou em sua graça, e reinando em todos os corações crentes. “até que tenha completamente aniquilado todo pecado e estabelecido a justiça eterna”.

II

1. Estabelecemos a lei, em segundo lugar, quando pregamos a fé em Cristo, não para excluir, mas para produzir a santidade, para produzir todas as formas de santidade, negativa e positiva, do coração e da vida.

Para isto continuamente proclamamos (o que deveria ser freqüente e profundamente considerado por todos os que não queiram “invalidar a lei pela fé”), que a fé em si mesma, mesmo a fé em Cristo, a fé dos eleitos de Deus, a fé que procede de operação divina, ainda é somente serva do amor. Por mais respeitável e gloriosa que ela seja, não é o fim do mandamento. Esta honra Deus a concedeu somente ao amor: o amor é o fim de todos os mandamentos de Deus. O amor é o fim, o único fim, de toda a dispensação de Deus, desde o começo do mundo até a consumação dos séculos. Quando os céus e a terra tiverem passado, ele permanecerá ainda; porque só “o amor jamais acaba”. A fé desaparecerá totalmente; será de tudo absorvida em face da eterna visão de Deus. Mas ainda, quanto ao amor,

“Sua natureza e seu ofício permanecem os mesmos,
Permanente é sua lâmpada e ativa é sua chama,
No triunfo imortal, vivo será para sempre,
Difundindo o bem sem cessar e sem cessar recebendo louvor.”

2. Excelentes coisas se dizem da fé; e quem quer que seja participante dela, bem pode dizer com o apóstolo: “Graças a Deus pelo seu dom inefável!” Todavia, ela perde toda sua excelência quando posta em confronto com o amor. O que S. Paulo observa no tocante à glória superior do Evangelho em comparação com a lei, pode, com grande propriedade, ser dito da glória superior do amor em relação à fé: “Aquilo que foi feito glorioso não tem glória neste sentido, em razão da glória mais excelente. Porque se aquilo que é transitório é glorioso, muito mais aquilo que perdura excede em glória”. Assim, toda a glória da fé, antes de seu desaparecimento, resulta daí: de ela servir ao amor; é o grande meio transitório que Deus estabeleceu para promover aquela finalidade eterna.

3. Que aqueles que enaltecem a fé além de toda medida, a ponto de fazê-la absorver todas as coisas, e que assim totalmente lhe deturpam a natureza, imaginando que ela substitui o amor, olhem mais longe e vejam que, como o amor existirá depois da fé, assim ele começou a existir muito antes daquela. Os anjos que, desde o momento de sua criação, contemplam a face de seu Pai, que está nos céus, não têm oportunidade de fé, em sua acepção geral, de evidência das coisas não vistas. Nem eles teriam necessidade de fé, em sua mais restrita acepção, fé no sangue de Jesus: porque Jesus não assumiu a natureza de anjos, mas somente ingressou na progênie de Abraão. Não havia, portanto, lugar para a fé, antes da fundação do mundo, nem no sentido geral, nem em sentido restrito. Mas havia-o para o amor. Desde a eternidade o amor existe em Deus – ande oceano de amor. O amor tem guarida em todos os filhos de Deus, desde o momento de sua criação; eles recebem do Criador, no mesmo instante, o existir e o amar.

4. Não é certo (como engenhosa e aparentemente certo muitos decantaram), que a fé, mesmo no sentido amplo da

palavra, tenha qualquer lugar no paraíso. É sumamente provável, a julgar da curta e resumida narrativa que temos nas Escrituras Sagradas, que Adão, antes de rebelar-se contra Deus, com Ele andava pela vista, e não pela fé.

“Porque então os olhos de sua razão eram fortes e claros,
E (como a águia pode fitar o sol),
Podia enfrentar a face de seu Criador tão de perto
Como o teriam feito os anjos, com os olhos do intelecto.”

Adão era capaz de falar a Deus face a face, contemplando essa mesma face que não podemos agora ver e ainda viver; e, conseqüentemente, não tinha necessidade de fé, cujo ofício é suprir a falta de visão.

5. De outro lado, é absolutamente certo que a fé, em sentido particular, então não tinha propósito. Porque naquele sentido ela necessariamente pressupõe pecado e a ira de Deus declarada contra o pecador: sem pecado não há necessidade de propiciação para que o pecador se reconcilie com Deus. Conseqüentemente, como não havia necessidade de propiciação antes da queda, também não havia lugar para a fé nessa propiciação, sendo então o homem puro de toda mácula do pecado, santo como Deus é santo. Mas o amor já nesse tempo lhe enchia o coração, nele reinava sem competidor, e foi somente quando o amor se perdeu pelo pecado, que a fé apareceu, não para ser um alvo, nem com a destinação de continuar a existir após ter correspondido ao fim que lhe foi apontado, isto é, restaurar o homem no amor de que havia decaído. A queda foi, portanto, adicionada essa evidência das coisas invisíveis, que dantes fora absolutamente desnecessária; essa confiança no amor que redime, a qual possivelmente não teve razão de Ser antes de anunciada a promessa de que “a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente”.

6. A fé, pois, foi originariamente estabelecida por Deus para restabelecer a lei de amor. Falando assim, não estamos, entretanto, desvalorizando-a, nem a despojando de sua glória; mas, ao contrário, mostrando seu valor real, exaltando-a nas devidas proporções e dando-lhe o justo lugar que a sabedoria de Deus desde o princípio lhe assinalou. É o grande meio de restaurar o santo amor, pelo qual os homens foram inicialmente criados. Segue-se que a fé, embora nenhum valor tenha em si mesma, (como acontece com quaisquer outros meios), é ainda o que nos leva àquele fim, ao restabelecimento da lei de amor em nossos corações; e como, no presente estado de coisas, é o único meio debaixo dos céus para conseguirmos tal objetivo, é, por esta mesma razão, uma bênção indizível para o homem e de valor inapreciável diante de Deus.

III

1. Isto naturalmente nos leva a observar, em terceiro lugar, o meio mais importante de estabelecer a lei: o seu estabelecimento em nosso coração e em nossa vida. Na verdade, de que valeria, sem isso, todo o resto? Podíamos estabelecê-la por nossa doutrina; podíamos pregá-la em toda sua extensão; podíamos explanar e realçar cada parte dela; podíamos analisá-la em seu sentido mais espiritual e proclamar os mistérios do Reino; podíamos pregar a Cristo em todos os seus ofícios e a fé em Cristo como força que abre todos os tesouros de seu amor; e ainda assim, se a lei por nós pregada não estivesse primeiro estabelecida em nossos corações, não seríamos de maior valia diante de Deus do que “o bronze que soa e os címbalos que retinem”: toda nossa pregação estaria tão longe de aproveitar-nos, que ela somente faria por aumentar-nos a perdição.

2. O ponto principal a ser considerado é, pois, este: Como podemos estabelecer a lei em nossos corações, de modo que ela tenha plena influência em nossas vidas? Isto somente se pode conseguir pela fé. Só a fé responde eficazmente a esse objetivo, como aprendemos de nossa experiência diária: A medida que andamos pela fé e não pela vista, mais suavemente progredimos no caminho da santidade. Enquanto fixamente olhamos, não para as coisas visíveis, mas para as que se não vêem, cada vez mais nos crucificamos para o mundo e o mundo se crucifica para nós. Mantenha-se o olhar da alma constantemente preso apenas, não às coisas que são temporais, mas às que são eternas, e nossas afeições se desprenderão gradativamente da terra, prendendo-se às coisas de cima. A fé vem a ser, destarte, o meio mais direto e mais eficiente de promover toda justiça e verdadeira santidade, de estabelecer a lei santa e espiritual no coração daqueles que crêm.

3. E pela fé, tomada em sua significação mais restrita, como confiança em um Deus perdoador, estabelecemos sua lei em nossos corações de maneira muito mais efetiva. Porque não há motivo que nos incline tão poderosamente a amar a Deus, como o sentimento do amor de Deus em Cristo. Nada há que tanto nos decida a entregar nossos corações Aquele que se entregou por nós, como a penetrante convicção do amor de Deus em Cristo. Desse princípio de grato amor a Deus também decorre o amor de nossos irmãos. Nem podemos deixar de amar a nosso próximo, se verdadeiramente cremos no amor com que Deus nos ama. Este amor do homem, fundado na fé e no amor de Deus, “não opera o mal” contra nosso “próximo”: conseqüentemente, como observa o apóstolo, ele é “o cumprimento” de toda a “lei” negativa. “Porque isto: não cometerás adultério, não matarás, não furtarás, não dirás falso testemunho, não cobiçarás, e se outro mandamento há, está compreendido nesta palavra: Amarás a teu próximo como a ti mesmo.” Mas o amor não se contenta meramente com o não fazermos nenhum mal ao próximo: ele constantemente nos incita a fazermos o bem, na medida do tempo e oportunidades que tenhamos; fazer o bem de toda espécie possível e em toda a medida possível, a todos os homens. Aí está, portanto, o cumprimento, tanto

no terreno positivo como no terreno negativo, da lei de Deus.

4. A fé não cumpre a lei positiva e negativa somente na parte exterior: ela opera interiormente por amor, para purificar o coração e limpá-lo de toda afeição vil. Todo o que tem essa fé em si mesmo, “purifica-se como Ele é puro”; purifica-se de todo desejo terreno e sensual, de toda afeição vil e desordenada, sim, de toda aquela mente carnal que é inimizada para com Deus. Ao mesmo tempo, se tem sua alma aperfeiçoada, enche-se de toda a bondade, justiça e verdade. Essa fé traz todo o céu para a alma do crente e fá-lo andar na luz, como Deus está na luz.

5. Esforcemo-nos por estabelecer desta forma a lei em nós mesmos; não pecando “porque estamos debaixo da graça”, mas usando de todo o poder que decorre da graça para “cumprir toda a justiça”. Recordando aquela iluminação que recebemos de Deus quando seu Espírito nos convencia do pecado, guardemo-nos de dissipar aquela luz: fiquemos firmes na conquista que tivermos alcançado. Que nenhuma consideração nos leve a reconstruir aquilo que uma vez demolimos; a recuperar as coisas, grandes ou pequenas, que uma vez abandonamos, nelas claramente vendo algo que nos não conduzia nem à glória de Deus, nem ao proveito de nossa própria alma; que nenhuma consideração nos leve a negligenciar coisa alguma, grande ou pequena, que em outros tempos não desprezaríamos, sem violentar nossa própria consciência. Para aumentar e aperfeiçoar a luz que tínhamos antes, adicionemos a ela a luz da fé. Confirmemos o primitivo dom de Deus por um sentimento mais profundo das coisas que Ele nos mostrou; por uma sensibilidade maior de consciência e uma sagacidade mais apurada no evitar o pecado. Andando agora com alegria, e não com temor, em uma clara, descortinada visão das coisas eternas, encarecemos o prazer, a riqueza, o louvor, todas as coisas da terra, como bolhas dançando sobre as águas; nada reputando importante, nada desejável, nada digno de deliberado pensamento, a não ser aquilo que fica para “além do véu”, onde Jesus “se assenta à mão direita de Deus”.

6. Podes dizer: “Tu és misericordioso para com minha injustiça; tu não te lembras mais de meus pecados?” Então, pelo tempo que começa a fluir, vê que fijas ao pecado como se foge às presas da serpente! Quão inexcedivelmente mau deve ele agora te parecer! Quão horrendo, acima de toda expressão! De outro lado, quão amável é a luz que agora te permite ver a santa e perfeita vontade de Deus! Trabalha por que essa vontade se cumpra em ti, por ti e sobre ti. Agora vigia e ora, para que não peques mais, para que possas ver e evitar a menor transgressão da lei de Deus! As migalhas que dantes não vias, agora tu as vês, já que o sol brilha em lugar tenebroso. Agora do mesmo modo vês os pecados que não podias discernir em outro tempo, pois que o Sol da Justiça brilha em teu coração. Emprega, pois, toda tua diligência em andar, a todos os respeitos, na luz que recebeste. Sê zeloso no recolher diariamente mais luz, mais do conhecimento e amor de Deus, mais do Espírito de Cristo, mais de sua vida e do poder de sua ressurreição. Usa de todo o conhecimento, amor, vida e poder, que até agora alcançaste. Assim, continuamente, irás de fé em fé; diariamente crescerás em santo amor, até que a fé se dissipe, vencida pela visão real, e a lei de amor seja estabelecida por toda a eternidade!

QUESTIONÁRIO SOBRE O SERMÃO 36

- P. 1. (§ 1). Que se mostrou no discurso precedente?
- P. 2. (§ 2). Que se diz da lei cerimonial?
- P. 3. (§. 1). Como primeiro estabelecemos a lei?
- P. 4. (I. 2). Ela também se estabelece, sendo proclamada a todos os homens?
- P. 5. (I. 3). Por que isso deve ser feito o mais diligentemente possível?
- P. 6. (I. 4). A quem foi ocultada a significação espiritual da lei?
- P. 7. (I. 5). Que resulta daí?
- P. 8. (I. 6). Qual é o nosso dever, ao pregarmos a Cristo?
- P. 9. (II. 1). Como, em segundo lugar, estabelecemos a lei?
- P. 10. (II. 2). Que se diz da fé?
- P. 11. (II. 3). Que devem considerar os que indevidamente a exaltam?
- P. 12. (II. 4). Tinha a fé algum lugar no paraíso?
- P. 13. (II. 5). De que outro argumento aí se usa?
- P. 14. (II. 6). Que se destinava a fé a realizar originariamente?
- P. 15. (III. 1). Que se observa em terceiro lugar?
- P. 16. (III. 2). Qual é o ponto principal a ser considerado?
- P. 17. (III. 3). Como devemos estabelecer a lei em nossos próprios corações?
- P. 18. (III. 4). Como a fé estabelece a lei, tanto interior como exteriormente?
- P. 19. (III. 5). Que somos aí exortados a fazer?
- P. 20. (III. 6). Qual a questão sobre que se interroga aí?
- P. 21. (III. 6). Como podemos ter provas do divino perdão?
- P. 22. (III. 6). Como a santa e perfeita vontade de Deus se apresenta aos que passaram da morte para a vida?
- P. 23. (III. 6). Como se conclui este sermão?
- P. 24. Qual foi a ocasião que deu lugar à produção deste sermão sobre a lei estabelecida pela fé? Vide as Notas

Introdutórias aos Sermões 35 a 36. Atentamente considere o estudante as causas que produziram as célebres “Minutas” de 1770, como são apresentadas naquelas Notas.